Derrota não abala Bierrembach

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

O feitio temperamental do deputado Flávio Flores da Cunha Bierrembach, um advogado paulistano de 46 anos, é atribuído a seu avô, o caudilho gaúcho, Flores da Cunha. A herança caudilhesca do relator derrotado da Comissão Mista da Constituinte não o aproxima, antes o afasta quilômetros de distância do brizolismo. Talvez a explicação esteja no fato de ter este deputado polêmico, mas cordialíssimo no trato pessoal, piloto eximio de avião (ele pilotou alguns aviões modernos da **Royal Air Force**, na viagem que fez recentemente a Londres a convite do Governo britânico) um ramo da família mais fiel ao ritualismo e à hierarquia. É que ele é sobrinho do almirante e atual Ministro do Superior Tribunal Militar, Júlio de Sá Bierrembach.

Assim é que o parecer do deputado, que muito reflete suas idéias e à fidelidade ao legalismo defendido pela OAB, o aproxima mais da UDN histórica do que ao trabalhismo do PDT. Mas ele mesmo faz questão de se identificar com o que chama de socialismo heterodoxo, algo parecido com a Social Democracia Européia, que ele faz questão de distanciar do socialismo moreno de Brizola.

Nesta entrevista exclusiva ao **CORREIO BRAZILIENSE** diz que, apesar de derrotado, continua no PMDB brigando pela pregação histórica da fase oposicionista do atual partido do Governo. Do episódio da derrota de seu substitutivo, ele diz não guardar mágoas nem raiva, mas faz um juizo implacável dos acontecimentos que provacaram sua substituição na Comissão Mista na reunião de anteontem: "Eu vejo nisso tudo o primeiro escorregão da Nova República em direção ao passado.

— O senhor apresentou um substitutivo, que é a própria inversão do que propõe a emenda do Governo. Esta é uma rebeldia do deputado contra o Governo, do deputado contra o PMDB ou do deputado contra os rumos que tomou seu partido depois que atingiu o poder?

— Não. Nenhuma das três hipóteses. Para começar, não foi um ato de rebeldia. Eu apresentei um substitutivo calcado em posições que eu venho defendendo ao longo do meu mandato. E essas posições, por sua vez, são baseadas nos documentos do PMDB histórico. Na resistência do PMDB. Tomei o cuidado, durante estes dois últimos meses (depois que foi nomeado relator) de ler e reler várias vezes os discursos do presidente Tancredo Neves, os pronunçiamentos do Dr. Ulysses Guimarães e, como disse na comissão, eu desafio alguém a encontrar no meu substitutivo uma opinião que seja contrária às posições dominantes do partido, ao longo da sua história. Por outro lado, não acho que meu substitutivo seja o oposto da posição do Governo. Não, Tanto assim, que eu coloquei uma fórmula técnica de, permitindo a rejeição da minha proposta de plebiscito, a aprovação da proposta do Governo.

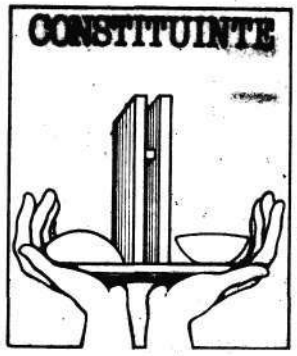
— Esta sua posição de fidelidade aos princípios históricos e programáticos do PMDB, traçados enquanto partido na oposição, significa que o senhor não reconhece a realidade de que os partidos, quando na oposição, pregam uma coisa, e quando no Governo, fazem outra coisa, e muitas vezes opostas à pregação na fase oposicionista?

— É. Isso tem sido, ao longo da história do Brasil...

— E do mundo, também...

— Eu falo basicamente da história do Brasil. Não me lembro quem foi que disse, durante o Império, que não há nada mais parecido do que um conservador do que um liberal no poder. E isto já se dizia no Império. De modo que é possível que se aplique também à Nova República. Claro que eu não cometo o equivoco de confundir a Velha República com o regime atual. As coisas efetivamente mudaram. De um regime autocrático, militar, sem base popular, onde as coisas eram decididas em gabinetes fechados do Palácio, nós passamos a um regime diferente, onde há pelo menos a oportunidade de uma pessoa como eu manter-se independente.

—Mas se tomarmos seu substitutivo, vamos verificar que ele cont.em itens demasiados polêmicos, e não técnicos, porque tecnicamente seu parecer é irrepreensível. O senhor propôs o plebiscito, diante da indagação quanto à conveniência de adotar a Constituinte-Congressual, como quer o Governo e a Constituinte exclusiva, como prega o senhor. Politicamente, o plebiscito pegou mal no Congresso, por ter sido considerado inoportuno...



Não houve nenhuma reunião do PMDB, não houve deliberação coletiva da bancada a respeito de ser oportuna ou inoportuna essa decisão. O PMDB sempre sustentou que o povo, deveria ser consultado. Nós lutamos por eleições ao longo de 20 anos. Eu estou propondo uma coisa banal, óbvia, a consulta povo.

— Mas eu não me refiro somente ao PMDB mas de praticamente todo o Congresso.

— E, mas isso eu constato no meu próprio parecer. Existia uma antagonismo entre a posição do estamento politico, que é composto pelo Poder Executivo, Congresso Nacional, partidos majoritários e até por frações do Poder Judiciário. E, do outro lado, a sociedade civil brasileira, que não se confunde com a opinião pública, mas forma a opinião pública. E essa sociedade civil, pretendia uma Constituinte diferente da que foi proposta pelo Governo.

— Eu posso interpretar como sendo esta uma opção sua pela sociedade civil e não pelo estamento politico a que o senhor se referiu?

> *"Eu vejo o primeiro escorregão da Nova República em direção ao passado"*

— Eu até poderia ter exercido esse tipo de opção. Seria legítimo que eu o fizesse. Mas não, eu preferi adotar uma fórmula plebiscitária, para que, entre as duas vertentes, o povo decidisse.

— Mas este plebiscito, conforme a vontade manifestada pelo eleitorado, implicaria que, num espaço de menos de dois anos, o País fosse sacudido por nada menos do que quatro eleições nacionais. O senhor acha que isso é demais?

— Sob que ponto de vista?

— Do ponto de vista de ser a eleição no Brasil um fato sempre traumático. As eleições, mesmo quando realizadas no espaçamento previsto pela normalidade democrática, uma fonte de exacerbação inflacionária, pelas implicações que acarreta, como o empreguismo, como já demonstraram as nomeações que precederam as eleições nas capitais. Estas nomeações já são computadas na ordem de 200 mil empregos públicos.

— Eu vou começar pela última observação. O problema da manipulação do processo politico para fins eleitorais. Por essa razão, eu propus que as inelegibilidades fossem acrescidas dos prazos atuais, que são diferenciados, e por isso mesmo, casuísticos, para um prazo único e maior. E em segundo lugar, isto bastaria, para obviar essa constatação, que a legislação eleitoral estabelecesse uma proibição de contratações. O problema do Brasil não é contratar gente. É criar empregos, através da reativação da economia. Por outro lado, dizer que eleição inflaciona, eu ouvi este argumento várias vezes. Este é um argumento que vai bem na boca do professor Delfim Netto. Quem sabe não foi por essa razão que, durante o governo Médici, a inflação era tão baixa. Porque não tinha eleição. Então uma eleição inflaciona, duas eleições superinflacionam, três eleições hiperinflacionam... Então é melhor não fazer eleiçãode uma vez. E em relação aos traumas produzidos pelos eleitorais, não acredito nisso. Eu acho que eleição não traumatiza a democracia. Pelo contrário, a falta de eleições é que traumatiza.

— O senhor acha, que tomando como base as nossas raízes históricas, e o aprofundamento da crise econômica, quatro eleições em menos de dois anos seriam sadias para o País?

— Não. Não porque não são eleições comuns. O que eu proponho é uma eleição para a Constituinte, separada das outras eleições, para que, durante a campanha constituinte, os temas constitucionais fôssem debatidos. Saber como vai ser a organização do Estado, quais são os poderes atribuídos ao Executivo, Legislativo, Judiciário. Como é que interagem essas três funções do poder. Imaginar qual será o sistema de Governo, parlamentar ou presidencial.

— Seu parecer foi vencido e prevaleceu a emenda do Governo que é a Constituinte-congressual pura e simples?

— Prevalece o espírito da emenda do Governo. Porque na verdade foi aprovado um voto vencedor que não honra o PMDB, pois é tecnicamente mediocre e politicamente covarde.

— Qual então a melhor opção agora: a Constituinte-Congressual ou a reforma da atual Constituição pelo processo de emendas?

— Eu não examinei essa hipótese ainda. Acho que isso vai depender de uma análise política que eu ainda não tive tempo de fazer.

— O Senhor se sente um derrotado?

— Não. Isso é absolutamente normal no Congresso, eu fui vencido, apresentei uma proposta que não foi aceita. Eu apenas acho melancólico que ela não tenha sido sequer votada, que tenha sido esmagado por um terrorismo regimental.

— O senhor sai desse episódio com raiva do PMDB?

— Não, de forma nenhuma. E saio desse episódio ainda mais próximo do Dr. Ulysses.

— E que também foi derrotado na Comissão da Constituinte...

— Foi derrotado comigo, parcialmente embora. Ele estava lutando por uma idéia que foi acolhida por mim no substitutivo e que, embora em posição divergente da minha nos outros aspectos do parecer, comportou-se com a elegância que lhe é peculiar.

— O senhor é mesmo um ritualista, como dizem no Congresso?

— Ritualista?

— Ritualista, no sentido de observar com muito rigor os ritos jurídicos...

— Não. O direito é realmente cheio de ritos. Ele tem a sua liturgia própria que é estabelecida nas normas processuais e que no meu modo de entender têm de ser observada, sob pena de se caracterizar um caos institucional.

— Qual foi a conclusão que o senhor tirou de todo esse episódio?

— Eu vejo o primeiro grave escorregão da Nova República.

— Escorregão em que direção

— Na direção do passado. E se isso não for corrigido pelos partidos que apóiam o Governo, pelo Parlamento ou o próprio Governo, a Nova República corre risco deixar de ser Nova República e passar simplesmente a ser um Novo Poder.